

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

RESOLUÇÃO Nº. 39 DO CONSELHO SUPERIOR, DE 19 DEZEMBRO DE 2016.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, "ad referendum":

Art. 1º APROVAR o Plano Anual de Auditoria Interna – Exercício 2017, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão – PE.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Maria Leopoldina Veras Camelo Presidente do Conselho Superior IF Sertão PE

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 19/12/2016



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Dezembro/2016



1. INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE foi criado em 29 de dezembro de 2008 por intermédio da Lei nº 11.892, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina em Instituto Federal.

O IF Sertão-PE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multi campi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, que visa melhorar a ação sistêmica da educação, interiorizar e socializar o conhecimento, popularizar a ciência e a tecnologia, desenvolvendo os arranjos produtivos sociais e culturais locais, com foco na redução das desigualdades sociais inter e intra-regional.

A Auditoria Interna – AUDIN do IF Sertão-PE, insere-se nesse contexto de expansão e consolidação da Instituição, tendo por atribuição essencial, contribuir para o alcance da missão Institucional, através do acompanhamento da gestão, integrada em todos os seus níveis hierárquicos.

Assim, em cumprimento ao estabelecido na Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015, foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, para o exercício de 2017. O Planejamento de Auditoria Interna contemplará todos os procedimentos, análises e atividades com vistas à avaliação da capacidade e da efetividade dos sistemas de controles internos administrativos.

Como metodologia de elaboração e de priorização das atividades, a AUDIN adotará alguns critérios relacionados à relevância, atividade fim, materialidade - orçamento do IF Sertão-PE - Orçamentária Anual – PLOA/2017, a fim de identificar os temas passíveis de serem trabalhados. A AUDIN instituirá a metodologia de redução do número de áreas que terão acompanhamento/visitas de auditoria em 2017, a fim de ampliar e aprofundar os trabalhos e possibilitar melhoria dos controles internos das áreas consideradas críticas, tendo por base o desenvolvimento das atividades no exercício de 2016.

No Anexo I, consta o detalhamento das atividades priorizadas para o ano de 2017, visando à avaliação dos controles existentes, agindo de forma proativa na intenção de fortalecer os controles, bem como, proporcionar a desburocratização, mediante eliminação de controles desnecessários/ineficientes e auxiliar, de forma tempestiva, na regularização de possíveis desconformidades.



Para o exercício de 2017, o Projeto de Lei Orçamentária Anual prevê o seguinte orçamento para a Instituição:

Programática	Programa/ação	Valor R\$
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	5.766.060
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	5.766.060
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.580.291
0901.0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	2.580.291
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	15.661
0910.00PW	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	15.661
2080	Educação de qualidade para todos	39.023.458
2080.20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12.926.829
2080.20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	19.954.435
2080.2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	5.345.094
2080.6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica -	797.100
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	114.015363
2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.991.556
2109.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	776.760
2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	744.540
2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	5.037.828
2109.20TP	Pessoal Ativo da União	87.691.752
2109.216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	28.000
2109.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.110.400
2109.00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	23.664
2109.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	16.560.863
	TOTAL DAS DESPESAS	161.400.833

2. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA



A Unidade de Auditoria Interna executa suas atividades de forma centralizada na Reitoria. A composição dos recursos humanos da Unidade de Auditoria Interna está demonstrada no quadro abaixo:

Nome	Formação	Cargo	Função
Jancilene Alves dos Santos	Ciências Contábeis/	Contador	Chefe da Auditoria
	Administração		Interna
Amanda Leal Barros de Melo	Direito	Auditor	-
Evandro Nunes Bomfim	Direito	Auditor	
Maria Damiana de Araújo Macedo	Direito	Auditor	-
Raquel Oliveira Cavalcanti Guimarães	Direito	Auditor	-
Renato de Barros Godoi Maranhão	Direito	Auditor	-

As ações de auditoria seguem as etapas de planejamento, execução, comunicação e monitoramento.

O **planejamento** é a etapa que consiste em planejar o cronograma de execução, os objetivos a serem atingidos, a amostra a ser auditada e as técnicas de auditoria a serem aplicadas.

A **execução** é a etapa que consiste em pedidos de documentos e informações por meio de solicitações de auditoria, além de aplicação de técnicas de auditoria com o objetivo de cumprir o planejamento estabelecido no programa de auditoria.

A **comunicação** é a etapa de encaminhamento do Relatório a Reitora, Gestores dos setores auditados e CGU.

O **monitoramento** consiste em acompanhar o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de auditoria emitidos pela Auditoria Interna (AUDIN), Controladoria Geral da União (CGU) e Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).

3. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

O IF Sertão-PE não possui uma matriz de risco sistematizada, para que se possa comparar e definir o grau de risco das diversas atividades que compõem a instituição, a seleção das ações levou em consideração, principalmente, os seguintes fatores:

Áreas que ainda não foram objeto de auditoria;

Áreas em que foram identificadas, em auditorias realizadas anteriormente, fragilidades ou inconsistências nos controles internos;

Capacidade operacional da AUDIN

Materialidade relacionada à ação

4. METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS HORAS DE ATIVIDADES

Para calculo do tempo necessário para a realização das atividades foi considerada a jornada diária de trabalho por servidor, correspondente aos dias úteis do calendário de 2017, excluídos dos períodos de férias e possibilidade de afastamentos para capacitação.



ATIVIDADE	HORAS/HOMEM	PARTICIPAÇÃO %
Gestão da AUDIN	1.010	9,41
Acompanhamento	808	7,53
Auditoria	8.430	78,59
Capacitação e desenvolvimento institucional	480	4,47
Total	10.728	100

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como instrumento norteador da execução das atividades da AUDIN, não é um planejamento estático, sendo assim, o cronograma contido no plano de ação, em anexo, poderá ser ajustado no curso de sua execução, caso haja demandas extraordinárias ou outros imprevistos.

Espera-se que os resultados dos trabalhos realizados, desdobrem-se em recomendações que sejam efetivadas pelas unidades auditadas, desse modo, poderão contribuir na atenuação das vulnerabilidades e proporcionar melhorias dos processos e procedimentos, com reflexo no fortalecimento da gestão.

Em anexo:

Planilha de Ações Relação de feriados na Cidade de Petrolina/PE Afastamentos em 2017 Calendário 2017

Petrolina, 09 de dezembro de 2016.

Jandiene Alves



RELAÇÃO DE FERIADOS EM PETROLINA/PE EM 2017

Data	Dia da Semana	Feriado
27/02/2017	Segunda-feira	Carnaval
28/02/2017	Terça-feira	Carnaval
01/03/2017	Quarta-feira	Cinzas
14/03/2017	Sexta-feira	Paixão de Cristo
21/04/2017	Sexta-feira	Tiradentes
15/06/2017	Quinta-feira	<u>Corpus Christi</u>
01/05/2017	Segunda-feira	Dia do Trabalho
15/08/2017	Terça-feira	Padroeira da Cidade
07/09/2017	Quinta-feira	Independência do Brasil
21/09/2017	Quinta-feira	Aniversário da Cidade
12/10/2017	Quarta-feira	Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
27/10/2017	Sexta-feira	Dia do Servidor Público
02/11/2017	Quinta-feira	Finados
15/11/2017	Quarta-feira	Proclamação da República
25/12/2017	Segunda-feira	Natal

AFASTAMENTOS EM 2017

	COI	NTROLE DE FÉRIA	S
SERVIDOR	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS	DIAS UTÉIS (EM H)
Jancilene Alves dos Santos	01 a 02/03/2017	02	16
	02 a 29/05/2017	20	160
Amanda Leal Barros de Melo	o3 a 08/07/2017	20	160
	24 a 26/08/2017	02	16
Evandro Nunes Bomfim	17 a 28/04/2017	09	72
	11 a 26/2017	13	104
	o2 a 06/01/2017	05	40
Maria Damiana de Araújo Macedo	19 a 23/06/2017	05	40
	24 a 31/07/2017	6	48
	o1 a 12/12/2017	9	72
	02 a 06/01/2017	5	40
Raquel Oliveira Cavalcanti Guimarães	20 a 30/11/2017	9	72
	01 a 14/12/2017	10	80
Renato de Barros Godoi Maranhão	02 a 31/10/2017	20	160



CALENDÁRIO DE DIAS ÚTEIS 2017

MESES	DIAS	HORAS
Janeiro	22	176
Fevereiro	18	144
Março	22	176
Abril	19	152
Maio	22	176
Junho	21	168
Julho	21	168
Agosto	22	176
Setembro	19	152
Outubro	20	160
Novembro	20	160
Dezembro	20	160
Total	246	1.968



Anexo I – Detalhamento das Ações do PAINT 2017

I - AÇÕES DE AUDITORIA Área: Auditorias CGU e TCU N° Avaliação Sumária quanto ao risco e a Ação Origem da Objetivos Local de Conhecimento Período de Execução Escopo do relevância Demanda trabalho Realização h/h Ação Período Apoiar as ações da Ação prevista na norma legal. Risco: Apoiar o Controle **Apoiar** descumprimento de prazos, qualidade Interno (CGU) e o integralmente as Controladoria Geral Janeiro a indesejada de atendimentos das demandas CGU da União e TCU no exercício acões do TCU e da do Reitoria Dezembro 60 da CGU e do TCU. Relevância: propiciar TCU Tribunal de Contas da missão CGU no IF Sertãocondições adequadas para atuação desses da União institucional. PΕ órgãos em ações no IF Sertão-PE Essa ação justifica-se devido o necessidade Verificar do registro das Implementação Atuar junto aos cumprimento recomendações/determinações e das das decisões e setores visando da correspondentes implementações. Risco: CGU recomendações recomendações atendimento Relatórios da CGU e Janeiro a CGU-Regional/PE e as omissão, retardamento ou ausência de TCU Reitoria -500 visando o integral das Acórdãos TCU Dezembro recomendações/dete atendimento das atendimento às determinações e rminações exaradas recomendações/determinações. normas legais. recomendações. pelo TCU. Relevância: aprovação das contas dos administradores. ÁREA: PRESTAÇÃO DE CONTAS/RELATÓRIO GESTÃO Acompanhar Ação prevista na norma legal. Risco: Atender aos Instruções de CGU Emitir Parecer no processo normativos do ausência de peça indispensável no processo Normativas e Janeiro a elaboração TCU TCU e CGU sobre processo de contas Reitoria 248 3 de contas, sujeito a diligências. Relevância: Decisões Normativas março Relatório de Gestão processo de 2016 cumprimento indispensável da norma legal. do TCU/CGU. e emitir parecer. contas anuais.



ÁREA: I	PLANEJAMENTO/RELATO	PRIOS/MONITORAMENTO - AUDIN						,	
4	Elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT/2016	Exigência legal e regimental. Risco: inobservância de norma legal.Relevância: atendimento das normas instituída pela CGU.	CGU	Assegurar aos gestores, administrados e a sociedade a informação das ações desenvolvidas pela AUDIN durante o exercício de 2016.	Relato gerencial das atividades realizadas pela AUDIN, com informações sobre os atendimentos das determinações/rec omendações do TCU e da CGU.	Reitoria	IN CGU 24/2015	Janeiro a Fevereiro	100
5	Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT/2018.	Exigência legal e regimental. Risco: inobservância de norma legal IN 24/2015- CGU. Relevância: atendimento da norma instituida pela CGU, IN 24/2015.	CGU	Exigência legal e regimental. Risco: inobservância de norma legal. Relevância: atendimento da norma instituída pela CGU.	Exigência legal. Risco: inobservância de norma legal da IN 24/2015-CGU. Relevância: atendimento da norma instituída pela CGU.	Reitoria	IN CGU 24/2015	outubro	120
6	Verificar o cumprimento das recomendações da AUDIN	Risco: descumprimento das recomendações por dirigentes. Relevância: monitoramento pela AUDIN para evitar constatações desfavoráveis na auditoria de gestão.	AUDIN	Contribuir no processo de melhoria contínua da gestão, decorrente do atendimento das orientações e recomendações da AUDIN.	Analisar o cumprimento efetivo de cada recomendação, registrar em Relatório que será encaminhada ao Conselho Superior, à CGU e ao dirigente máximo da Unidade/Setor Auditado.	Reitoria/Campi	Relatório que contém as recomendações.	Abril a dezembro	500
7	Mapeamento dos Macroprocessos	Risco: desconhecimento dos principais processos Institucionais Instituição Relevância: Fortalecimento da atuação da	CGU	Conhecimento da Instituição na sua área fim	Identificar os macroprocesso na área fim da	Reitoria	Organograma, Estatuto, Regimento Geral	Abril a junho	2369



		Instituição	Ī	1	Instituição			1 1	
8	Mapeamento de riscos	Risco: desconhecimento dos principais processos Institucionais Instituição Relevância: Fortalecimento da atuação da Instituição	CGU	Analisar os riscos existentes resultando na elaboração de uma matriz de risco	Identificar e hierarquizar áreas críticas da Instituição.	Reitoria	COSO I	Julho a setembro	2369
ÁREA: \	Verbas Indenizatórias								
9	Diárias e Passagens	Examinar os controles e documentos que compõem o processo de pagamento de diárias e passagens. Relevância: em anos anteriores já ter sido encontrado inconformidades nos pagamentos das referidas verba indenizatórias. Risco: Descumprimento de normativos e concessões indevidas.	AUDI	consonância com os normativos vigentes; Verificar se não há pagamento sem o devido amparo legal.	Utilizar o sistema de seleção aleatória de amostras, visando imparcialidade. Auditar, no mínimo, 30 processos de concessão no 1° semestre de 2016.	Reitoria/Campi	Conhecimento do SCDP e Legislação pertinente.	Julho a dezembro	160
10	Insalubridade/ Periculos <u>i</u> dade	Verificar existência de laudo pericial que ampare a concessão dos adicionais. Relevância: Em auditorias anteriores da CGU foi verificada a concessão indevida. Risco: pagamento sem amparo em laudo pericial.	AUDI	Verificar existência de laudo pericial evitando N Pagamento indevido. Verificar os controles internos.	20% dos servidores que recebem os adicionais.	Reitoria/Campi	Legislação pertinente.	Abril a julho	496
-	: PRÓ-REITORIA DE ENSIN						1	1	
11	Concessão de Bolsas	Verificação da concessão das bolsas	AUDIN	Verificar os	Analisar os editais	Reitoria/Campi	Legislação	Junho a julho	336



	PIBID	Relevância: Política de Gestão da Instituição Riscos: Falha na seleção ou no não preenchimento dos requisitos mínimos.		procedimentos que norteiam a concessão das bolsas. Verificar a aderência dos controles aos normativos vigentes;	divulgados no primeiro semestre de 2017. O processo de concessão, os		pertinente.		
ÁDEA	PRÓ-REITORIA DE EXTEN	NSÃO E CHITUDA			controles internos e coletar o depoimento dos beneficiários. 20% dos beneficiários.				
AKEA: P	NO-NEITOKIA DE EXTEN	ISAO E CULTUKA			Applican as a lite:	1		1	
12	Concessão de Bolsas PIBEX	Verificação da concessão das bolsas Relevância: Política de Gestão da Instituição Riscos: Falha na seleção ou no não preenchimento dos requisitos mínimos.	AUDIN	procedimentos que norteiam a concessão das bolsas.	processo de concessão, os controles internos	Reitoria/Campi	Legislação pertinente.	Agosto a setembro	328
AREA: P	'RO-REITORIA DE PESQL	UISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO				 		•	
13	Concessão de Bolsas PIBIC E PIBIC Jr	Verificação da concessão das bolsas Relevância: Política de Gestão da Instituição Riscos: Falha na seleção ou no não preenchimento dos requisitos mínimos.	AUDIN	Verificar os procedimentos que norteiam a concessão das bolsas	Analisar os editais de seleção divulgados no primeiro semestre de 2017. O processo de concessão, os controles internos e coletar o	Reitoria/Campi	Legislação pertinente.	Outubro a dezembro	300



					depoimento dos beneficiários.				
					20% dos beneficiários.				<u></u>
14	Auxílio a Pesquisa	Verificação da concessão dos auxílios Relevância: Política de Gestão da Instituição Riscos: Falha na seleção ou no não preenchimento dos requisitos mínimos.	ALIDIN	Verificar os procedimentos que norteiam a concessão dos auxílios	Analisar os editais de seleção divulgados no primeiro semestre de 2017. O processo de concessão, os controles internos e coletar o depoimento dos beneficiários. 20% dos beneficiários.	Reitoria/Campi	Legislação pertinente.	Outubro a dezembro	300
15	Bolsas PIQ IF Sertão- PE	Verificação da concessão das bolsas Relevância: Política de Gestão da Instituição Riscos: Falha na seleção ou no não preenchimento dos requisitos mínimos.	ALIDIN	Verificar os procedimentos que norteiam a concessão das bolsas	Analisar os editais de seleção divulgados no primeiro semestre de 2017. O processo de concessão, os controles internos e coletar o depoimento dos beneficiários. 20% dos beneficiários.	Reitoria/Campi	Legislação pertinente.	Outubro a dezembro	300
ÁREA: P	PRÓ-REITORIA DE ADMIN	NISTRAÇÃO							
	1								

```
Avaliar o cumprindo
Cum determinações legais sob o risco de
prim
ento
incorrer em ações
do administrativas dos
DECRControle.
ETO

16
N°8.5
40/2
015
-
Tefo
nia
Móv
el
```



		Relevância: redução imediata de custos com telefonia móvel. Risco: Descumprimento do Decreto.			se as diretrizes propostas no decreto 8.540/2015 para redução do valor do contrato foram efetivadas.				
AREA:	SUPRIMENTO DE BENS E	SERVIÇOS					-		
17	Licitações, Dispensas e Inexigibilidades	Verificar a observância das exigências legais para composição dos processos licitatórios. Relevância: Evitar o desvio de finalidade e irregularidades nas contratações públicas. RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes, ocasionando contratações indevidas.	AUDIN	Analisar os processos licitatórios relativos ao 2º trimestre/2017, com observância, inclusive, aos critérios de sustentabilidade.	Analisar 10% do montante das aquisições de materiais, serviços e equipamentos.	Reitoria/Campi	Legislação pertinente	Julho a dezembro	976

II - AÇÕES DE DES	- AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA								
AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORIGEM DA		ORIGEM DA				RECURSOS	HORAS		
INSTITUCIONAL CAPACITAÇÃO	E	DEMANDA	JUSTIFICATIVA	CRONOGRAMA	LOCAL	HUMANOS	PREVISTAS		
Atendimento Campi	a Reitoria e	Reitoria/Campi	Orientar os Gestores sobre controles internos e o papel da Auditoria Interna na Instituição.	Janeiro a Dezembro	Reitoria/Campi	06	50		
Participação no Fórum Nacional Interna do MEC F e melhoria da cap equipe da Audito	acitação da		Atualização, disseminação, socialização dos conhecimentos e participação em oficinas ministradas pelos órgãos de controle.		A definir	02	160		



Curso de Metodologia e Planejamento de Auditoria de Risco	AUDIN	Capacitar os servidores lotados na AUDIN para o desenvolvimento de suas atividades.	A definir	A definir	02	320
Reserva Técnica	AUDIN	Atender solicitações internas tais como reunião com gestores, apresentação de resultados nos colegiados da Instituição; Apuração de denúncias encaminhadas formalmente.		Reitoria/Campi	06	240